

As «aldeias históricas» entendidas como «património rural»: Relação entre o discurso institucional e as dinâmicas locais a propósito de uma experiência no Alentejo.

*João Emílio Alves*¹

Ponto de partida da investigação e algumas considerações teóricas de enquadramento

Nesta comunicação partimos do pressuposto de que investigar sobre o tema das «aldeias históricas» implica, em certa medida, falar de património, e designadamente de «património rural». Esta assunção, assumida e argumentada no âmbito da investigação sociológica que antecedeu o texto de suporte à presente comunicação², justifica-se na medida em que se tem assistido recentemente a um processo de crescente visibilidade social e mediática de projectos e iniciativas dirigidas a estes espaços de matriz rural, no âmbito de políticas de desenvolvimento regional, nas quais emerge a ideia de revitalização destes espaços para fins marcadamente de pendor turístico.

Poder-se-á começar por dizer que foi, sem dúvida, a evidência empírica do tema que suscitou e impulsionou a curiosidade científica em desenvolver uma pesquisa, de pendor marcadamente sociológico, sobre o lugar, o(s) significado(s), a(s) leitura(s) e a(s) utilização(ões) desse epíteto – “*históricas*” – associado a aglomerados populacionais de pequena dimensão, como é o caso das aldeias. Reconhece-se, adicionalmente, a influência do programa “Aldeias Históricas de Portugal”, localizado na Beira Interior, promovido pela Comissão de Coordenação e Desenvolvimento da Região Centro e integrado no PPDR (Promoção do Potencial de Desenvolvimento Regional), com início na segunda metade da década de 90³, a partir do qual ganhou maior visibilidade social, política e mediática, a expressão «aldeia histórica». Constituía objectivo central desse projecto, encarado como experiência-piloto, contribuir para a revitalização económica de centros rurais, mediante a execução de um plano global de intervenção, onde se projectavam cenários de atracção e fixação de populações, melhoria das respectivas condições de vida (habitação, equipamentos colectivos, unidades económicas) e a possibilidade de potenciar actividades tradicionais complementares à agricultura. De entre as acções preconizadas, cabiam as que remetiam para a reconstrução de edifícios e infra-estruturas, requalificação dos espaços e monumentos em termos urbanísticos, melhoria das acessibilidades, dinamização cultural, tudo isto com o propósito genérico de viabilizar novas funções, designadamente turísticas, para sectores ligados às microempresas a operar nas áreas do comércio, restauração, hotelaria e artesanato.

Recuperando a expressão «aldeias históricas», e associando-lhe outras similares, verifica-se que todas elas transparecem uma profusão de conceitos e adjectivos que nos últimos anos se têm associado às mesmas aldeias. “*Aldeias de Montanha*”, “*Aldeias de Xisto*”, “*Aldeias de Água*”, “*Aldeias de Tradição*”, “*Aldeias de Mina*”, “*Aldeias do Castelo*”, “*Aldeias Históricas do Guadiana*”, “*Aldeias do Algarve*” “*Aldeias da Saudade*”, “*Aldeias Digitais*”, “*Aldeias de Teletrabalho*”, “*Aldeias Turísticas*”, são só alguns dos adjectivos que recenseámos por entre literatura científica, designações técnicas, trabalhos e artigos da imprensa em particular e dos media em geral. Tal abundância de designações - tendo como denominador comum a referência a um certo tipo de espaço, um território envolvente, um modo de vida particular, uma economia base assente ainda na agricultura e uma identidade sócio-cultural específica de matriz tradicional e rural - impõe-nos a seguinte interrogação: De que aldeias estamos a falar? Corresponderão a esses aglomerados populacionais que a revolução industrial votou à desertificação lenta e agonizante, responsável pela crescente dependência económica

¹ Escola Superior de Educação - Instituto Politécnico de Portalegre - Tel: 245.339440 Fax: 245.339467
joao.emilio@mail.esep.ipportalegre.pt

² - Alves, João Emílio (2002).

³ - Ver CCDRC (1999). As localidades englobadas no projecto foram (e são): Almeida, Castelo Mendo, Castelo Novo, Castelo Rodrigo, Idanha-a-Velha, Linhares, Marialva, Monsanto, Piódão e Sortelha.

face à cidade e ao meio de vida urbano? Ou/e estamos perante um novo tipo de aldeias – “o regresso das aldeias!?!...” - criadas ou recriadas para um novo conceito de habitante, com proveniência nas classes médias (urbanas), no contexto de uma “nova ruralidade”, ou se quisermos, de um fenómeno social denominado “neo-ruralidade”⁴?

As respostas a estas interrogações não se afiguram simples e imediatas, nem devem ser baseadas em interpretações empiricistas. É necessário proceder a reflexões teóricas, cruzar teses elaboradas nos mais variados quadrantes disciplinares e científicos, comparar e observar o que empiricamente vai sucedendo nos espaços rurais, associar essas observações às dinâmicas locais e também às dinâmicas exteriores, transversais e com origem muitas vezes nos territórios urbanos; enfim, é sempre necessário ir recolocando problemas, criticando projectos e experiências mal conduzidas e sucedidas, conhecendo e divulgando as boas práticas, ampliando os seus efeitos e resultados, por forma a tornarem-se exemplos multiplicadores de experiências, a serem levadas em linha de conta noutras aldeias e territórios rurais.

No caso do objecto aqui em estudo, o qual se reporta à implementação de um projecto no Alentejo - de características semelhantes ao descrito para a região Centro – (fig. 1) e promovido pela respectiva Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional (CCDR) – o *programa Revitalização de aldeias e vilas históricas da região Alentejo* - constituiu nossa preocupação central analisar e avaliar (através da concepção e implementação de um dispositivo de avaliação «ex-ante» dirigido ao referido programa) um conjunto de parâmetros, entre os quais as dimensões de intervenção; os meios e os recursos envolvidos; os actores sociais locais (protagonistas e parceiros em diversas iniciativas) e respectivos graus de envolvimento; os beneficiários e destinatários do programa; os efeitos esperados e os impactos previstos do mesmo; os prazos de realização das acções propostas; e, finalmente, o tipo e a diversidade do património rural envolvido nos processos de desenvolvimento a apoiar no âmbito do mesmo programa.

| DISTRITO | CONCELHO | ALDEIAS E VILAS HISTÓRICAS |
|------------|---|--|
| Portalegre | Portalegre Alter do Chão Nisa Castelo de Vide Crato Marvão Campo Maior Fronteira Avis Gavião | Alegrete Alter Pedroso Amieira do Tejo Castelo de Vide Flor da Rosa Marvão Ouguela Cabeço de Vide Avis Belver |
| Évora | Estremoz Alandroal Alandroal Reguengos de Monsaraz Viana do Alentejo | Évoramonte Juromenha Terena Monsaraz Alcáçovas |
| Beja | Mértola Cuba Moura Alvito Barrancos | Mértola Vila Alva/Vila Ruiva (*) Stº Aleixo da Restauração Alvito Barrancos/Noudar |

Fig. 1 - Lista de aldeias e vilas históricas candidatas ao programa.

(*) – Não apresentou plano de acção local a tempo de integrar as fases subsequentes do programa.

A hipótese central e orientadora do estudo consistiu em saber se, no caso específico da região do Alentejo, a aposta no património rural (materializado aqui essencialmente pelas suas

⁴ - Cidrais, Álvaro e Raul Marques, (1999).

«aldeias históricas») constituiria uma via privilegiada para o ensaio e implementação de projectos inovadores, estruturantes e revitalizadores do território rural da região, tendo como principal beneficiária a população local; ou se, a mesma aposta se resumiria apenas a mais um programa, caracterizado por boas intenções nos planos político e técnico, mas que, na prática, pretenderia criar um mundo rural tornado “símbolo de exotismo” e simultaneamente “museu da ruralidade”⁵, mas de uma ruralidade idílica e vocacionada para fruição urbana, processo a que Bourdieu se referiu de forma algo irónica e radical como “resultado duma folclorização que transforma o campesinato numa espécie de museu e converte os últimos camponeses em guardas duma natureza transformada em paisagem para os cidadãos”⁶.

Esta visão dirigida às novas dinâmicas associadas ao mundo rural (ou para ele pretendidas) permite-nos fazer a ponte para uma breve alusão a algumas abordagens e pistas de reflexão teórica. Um dos filões teóricos comumente referenciado e transversal a vários trabalhos, no campo das ciências sociais, nas quais se discute a problemática inerente às múltiplas transformações (sociais, económicas, entre outras) nas áreas rurais, quer na forma de ensaios teóricos, quer na forma de pesquisas empíricas, corresponde às teses relacionadas com a emergência de uma “sociedade do lazer”⁷, na qual as áreas rurais surgem agora associadas a uma função recreativa e turística, através de um conjunto de práticas e hábitos de lazer, materializando assim uma nova acepção do ócio, geralmente protagonizada por grupos sociais específicos, normalmente de proveniência urbana e vulgarmente conhecidos na terminologia da sociologia por “classes médias urbanas”.

Outra linha teórica interpretativa das reconfigurações espaciais e sociais de que o mundo rural tem sido palco prende-se com a apologia de uma “sociedade pós-moderna”, onde a busca de novos ideais e de valores (também eles designados de “pós-modernos”), começa a ser uma realidade por parte, essencialmente, das mesmas classes médias urbanas, que regressam ao espaço rural para procurar um estilo de vida mais calmo, longe do rebuliço tipicamente cidadão⁸. Com efeito, para alguns autores, a explicação inerente a um certo processo de “retorno ao campo” reside na “força mobilizadora de representações urbanas do rural como lugar de conservação de modos de vida tradicionais, agora revalorizados pela regeneração que proporcionam contra uma artificialidade contida nos ritmos de vida cidadina”⁹.

Associada a esta visão dos espaços rurais surge a questão do turismo. Este tende mesmo a constituir uma dimensão incontornável na definição e implementação de processos de desenvolvimento local no mundo rural que passam pela implicação do património rural. Com efeito, para alguns autores, a forma aparentemente mais fácil de promover hoje o espaço rural é associar-lhe uma vocação turística, um emblema ou logotipo, fazendo eco, nas suas entrelinhas, a enquadramentos ambientais únicos para lazer urbano. Neste contexto, partilhamos da ideia de que o turismo, não sendo panaceia para todos os problemas do mundo rural, nem a única forma de conferir utilidade aos processos de revitalização do património (rural), constitui, todavia, uma hipótese a não ignorar, mas não a única, como se de uma tábua de salvação ou um milagre se tratasse e que tudo permite solucionar, nem que seja à custa da criação ou artificialização de uma especialização económica, vulnerável e dependente de dinâmicas exógenas. Para além dele – o turismo - outras vertentes necessárias à criação de condições de sustentabilidade poderão e deverão ser equacionadas.

Convergente com a tomada de posição atrás assumida e revelando uma forte consciência pela importância que o mundo rural representa hoje nas sociedades contemporâneas, sublinha-se na Declaração de Cork¹⁰ a necessidade dos Estados membros da União Europeia acreditarem nas potencialidades e capacidades de integração do espaço rural na economia global, onde o cidadão – entenda-se as próprias comunidades rurais – podem e devem ser envolvidos, desde os processos de planeamento até à implementação das acções delineadas no âmbito dos programas de desenvolvimento. Desta declaração, destacamos aqui o 3º princípio

⁵ - Moreno, Luís (1999): 411.

⁶ - Bourdieu citado por Manuela Reis e Aida Valadas Lima, (1998): 344-345.

⁷ - Cf. Ferreira, Carlos, (1999): 316.

⁸ - Ver por exemplo Manuela Reis e Aida Valadas de Lima, op. cit.

⁹ - Idem, 344.

¹⁰ - in António Covas, (1997), que inclui a reprodução dos dez pontos que consubstanciam a referida Declaração.

– a *Diversificação* – por ser aquele que, em nosso entender, chama a atenção para os riscos de especializações económicas nas áreas rurais, onde se inclui as apostas “cegas” no filão do turismo, particularmente nos espaços de menor densidade demográfica, com é o caso das aldeias:

“O apoio à diversificação das actividades económico-sociais deve centrar-se na criação de um quadro para o auto-financiamento das iniciativas privadas e colectivas ao nível do investimento, assistência técnica, serviços empresariais, infra-estruturas adequadas, educação, formação, integração dos progressos alcançados no campo das tecnologias da informação, reforço do papel das pequenas cidades enquanto partes integrantes das zonas rurais e factores-chave do desenvolvimento, promoção do desenvolvimento de comunidades rurais viáveis e renovação de aldeias.”

Tendo presente esta chamada de atenção, verifica-se que, não raras vezes, pensar o desenvolvimento em áreas rurais deprimidas, onde impera a escassez de recursos de diversa natureza (humana, financeira, material,) levanta o problema do hiato entre o que é proposto, nos planos político e técnico, e o que, na prática, acaba por ser concretizado. Por outras palavras, o que se pretende dizer é que, muito embora o espaço rural continue a ser um laboratório de experiências e de propostas de solução, tendentes à procura de vias que conduzam ao respectivo desenvolvimento – entendendo-o na sua acepção mais lacta, enquanto oportunidade para a rentabilização de recursos endógenos, visando a melhoria das condições de vida das populações locais – assiste-se, com alguma regularidade, a situações em que os actores locais envolvidos nestes processos, desde planeadores e decisores a futuros beneficiários, nem sempre convergem sobre as melhores estratégias para a utilização dos meios disponíveis em vista à concretização dos fins desejados. O resultado entretanto produzido resvala, muitas vezes, para situações em que tendem a imperar as falsas imagens e as expectativas goradas, nomeadamente por parte de quem deveriam ser os principais beneficiários – as comunidades autóctones.

Alguns resultados alcançados no âmbito da implementação de um dispositivo de avaliação «ex-ante»

Partindo das preocupações atrás expostas, procurámos perceber e avaliar que resultados seriam possíveis esperar e que experiências em concreto se vislumbravam na sequência da implementação do programa de desenvolvimento atrás referenciado e dirigido à região do Alentejo.

Sobre os resultados entretanto alcançados no âmbito da avaliação *ex-ante*¹¹, diremos em síntese que os mesmos proporcionaram leituras interpretativas, com valor acrescido do ponto de vista teórico, mas também empírico e metodológico, para a compreensão da pertinência e do alcance do programa em questão nos territórios rurais envolventes às aldeias e vilas.

Por exemplo, no que se refere às propostas preconizadas nos vários planos de acção apresentados pelas autarquias envolvidas e candidatas a financiamento ao abrigo do mesmo programa, é perceptível uma tendência transversal a todos eles, a qual espelha uma maior visibilidade e peso significativo de acções e projectos com incidência nas dimensões *arquitectónica/urbanística e sócio-económica/sociológica*. A estes dois domínios adicionam-se

¹¹ - O modelo de avaliação concebido estruturou-se em três blocos ou níveis analíticos, susceptíveis de captar aspectos distintos, mas complementares, da leitura e interpretação dos conteúdos expressos nos planos de acção local. Esses blocos ou níveis analíticos reportavam-se à identificação, compreensão, análise e avaliação da lógica, do desenho e da exequibilidade dos mesmos planos, tanto no capítulo do diagnóstico das condições e potencialidades existentes em cada aldeia e vila, como no capítulo das respectivas propostas de intervenção. O primeiro dos níveis assumiu um carácter mais descritivo, o segundo um estilo mais analítico e essencialmente circunscrito a cada plano em concreto, e o terceiro, igualmente de pendor analítico, mas numa perspectiva comparativa e cruzada entre todos os planos, tendo-se idealizado para cada nível de avaliação mapas de registo e matrizes específicas para sistematização da informação recolhida. Complementarmente, este exercício avaliativo prolongou-se por uma análise mais específica através de três estudos de caso, na tentativa de identificar impactos gerados na sequência da elaboração dos planos de acção local em três localidades abrangidas pelo programa de desenvolvimento, a saber: Amieira do Tejo, Cabeço de Vide e Viana do Alentejo.

duas outras dimensões, articuladas entre si e dirigidas para uma estratégia de afirmação e promoção turística, não deixando, no entanto, de reunir um conjunto, também ele significativo, de sugestões e projectos vocacionados para uma intervenção de carácter mais educativo e de sensibilização pedagógica, junto não só das comunidades locais mas também dos potenciais visitantes. Acrescente-se ainda que a generalidade dos planos de acção local incluem propostas de acção e projectos concretos, alguns dos quais com estimativas de custos associados e orçamentos provisórios, para além de calendários faseados tendo em vista a execução dos mesmos.

Com a conjugação e o cruzamento dos domínios de incidência mais significativos, subjacentes aos planos de acção local analisados, foi ganhando forma a percepção de que a generalidade dos mesmos consagrou uma importância notória e assumida às estratégias de intervenção direccionadas para a área do turismo, através de uma diversidade de acções e projectos, quer de cariz mais físico-constructivo (equipamentos, estruturas, instalações...), quer de natureza mais promocional (divulgação sob vários tipos de suporte publicitário, campanhas), quer ainda recorrendo a um pacote de iniciativas e acções viradas para programas de animação, definição de percursos educativos e formativos, entre outros projectos.

Registe-se, contudo, uma preocupação visível e igualmente caracterizada por uma diversidade de iniciativas, tanto com incidência no domínio *sócio-económico* local, como no domínio da *sensibilização pedagógica sobre o património e a cultura* locais, que, em conjunto, dão forma a um leque de preocupações visando traduzir os planos de acção local em oportunidades efectivas de criação e melhoria das condições de vida das comunidades residentes, numa perspectiva auto-sustentada e integrada, a partir das respectivas estratégias de revitalização preconizadas. Relativamente a esta preocupação, subsistem, porém, diferentes níveis de percepção e tradução em projectos e acções, quer em termos quantitativos, quer em termos qualitativos, em função de cada plano de acção local.

Porém, tal preocupação não afasta a percepção global de um conjunto de propostas de intervenção nem sempre coincidentes com os respectivos diagnósticos elaborados no quadro dos vários planos de acção local, reforçando-se claramente, e por vezes de forma amplamente assumida, uma estratégia de intervenção orientada sobretudo por preocupações de natureza turística, virada portanto para o exterior, secundarizando, assim, necessidades, recursos e potencialidades não exploradas e com possíveis benefícios para as populações locais.

Paralelamente a esta relação de simetria entre os capítulos do diagnóstico e da proposta, em cada plano de acção local consultado e analisado, registaram-se outros resultados que aqui se reproduzem de forma mais breve. No que se refere à multiplicidade de objectivos gerais e específicos, patentes nos planos de acção local, detectou-se uma efectiva e diversificada gama dos mesmos, com graus diferentes de convergência, intra e inter-planos de acção local, nomeadamente entre aqueles que se reportam a localidades situadas geograficamente no mesmo distrito.

No capítulo dos meios e recursos mobilizados e descritos nos planos, a avaliação realizada aponta para uma escassa, quando não deficiente, inventariação e mobilização dos mesmos (sejam eles de carácter financeiro, técnico, logístico, humano e organizacional). Inversamente e no que diz respeito à recensão das entidades executoras dos planos bem como dos parceiros a envolver, foi possível encontrar uma significativa rede de parcerias locais, de natureza pública e privada, que, embora ainda não asseguradas, permitem antever o seu potencial envolvimento nos vários processos e projectos de desenvolvimento, provavelmente com graus de implicação diferenciados. Do ponto de vista dos principais destinatários das acções e dos projectos, detectou-se a presença de uma dupla estratégia - preferencialmente externa e depois interna, encontrando-se os turistas e visitantes no primeiro caso; e a população em geral, bem como o tecido económico e produtivo local (unidades de restauração, hotelaria e comércio local), no segundo caso.

Em termos de calendários de execução de acções e projectos, predominaram as situações de curto e médio prazo. Finalmente, e de um modo transversal a todos os planos, reconheceu-se a consciencialização da existência de um significativo, diversificado e potencial recurso estratégico - o património rural - entendido enquanto âncora para o desenvolvimento da região em causa, muito embora interpretado genericamente e quase exclusivamente como

“produto turístico”, enfatizando, em demasia, a invocação de uma imagem nostálgica do passado, descurando assim outras complementaridades com uma componente produtiva mais central, em torno do mesmo património rural.

Para concluir, importa ainda salientar que o balanço possível de fazer até este momento, longe de poder ser qualificado como uma experiência bem-sucedida – até porque não chegou a arrancar de acordo com os moldes previamente definidos, tendo sido, em alternativa, reestruturado e redenominado – o programa de desenvolvimento avaliado permitiu, pelo menos, continuar a despertar consciências para uma possível mudança, tendo como suporte da mesma o recurso *património rural*.

Por outro lado, foi possível constatar que a relação entre o património rural e o desenvolvimento local dificilmente é materializável sem um elo complementar forte - omnipresente nos discursos dos actores (institucionais e locais) e expresso nos conteúdos dos planos de acção local – o qual passa efectivamente pelo turismo, assumindo em alguns casos direito de exclusividade no âmbito das propostas de intervenção. Situação que favorece uma interpretação mais redutora acerca do conceito de desenvolvimento local, entendido como “integrado”, “sustentável” e “alternativo”, uma vez que acentua os caminhos da especialização económica num sector como o turismo, com os riscos que esta estratégia necessariamente comporta.

Além disso, uma intervenção desta natureza, assente na reprodução de experiências testadas noutros territórios, proporciona e corrobora a tendência para o que defendemos ser o *processo de vulgarização/banalização* do conceito e do produto turístico “*aldeia histórica*”, traduzido, não só na semelhança com outros adjectivos similares (“aldeias de água”, “aldeias do castelo”, “aldeias de xisto”,...), como também no mimetismo subjacente às iniciativas e acções preconizadas, na generalidade, para as aldeias e vilas do Alentejo, recaindo as mesmas essencialmente numa estratégia de marketing turístico e dirigidas mais para o exterior e não tanto para o interior, secundarizando, por vezes, as necessidades e as expectativas das comunidades que aí residem. Esta questão transparece, aliás, nas tomadas de posição de alguns actores envolvidos nos processos em estudo, como adiante se verá.

O discurso institucional e as dinâmicas locais face à concretização dos planos de acção local?

Na sequência de uma extensa análise e de uma avaliação «ex-ante» do programa Revitalização de aldeias e vilas históricas da região Alentejo, tanto ao nível do discurso institucional, inerente às entidades promotoras, como ao nível da forma como os actores locais, com as suas dinâmicas próprias, receberam o programa, o aproveitaram e o implementaram, leva-nos a questionar sobre a utilidade e a aplicabilidade reservada aos vários planos de acção local, elaborados na sequência do mesmo programa de desenvolvimento.

Um dos cenários que foi ganhando visibilidade com o desenvolvimento do processo de avaliação «ex-ante» prendia-se com a hipótese do programa em causa não vir a ser implementado, de acordo com o calendário, o formato e a dimensão previstas – o que na realidade veio a acontecer – cenário que nos levou a questionar sobre os posicionamentos e as estratégias de intervenção que seriam adoptadas por parte das respectivas autarquias e de outros actores com inserção local envolvidos no mesmo programa.

Dito de outro modo, procurou-se aferir qual a relação entre o “discurso institucional” (protagonizado pela entidade promotora, neste caso a CCDRA) e as “dinâmicas locais” (autarquias, associações e outros actores da sociedade civil local), pretendendo-se saber e verificar se, em certos contextos territoriais, as dinâmicas locais, preconizadas pelos mesmos actores, ganhariam em capacidade de acção no terreno, sem que estivessem na expectativa e na exclusiva dependência, quer dos calendários e decisões políticas, quer dos impasses técnicos e de outras eventuais reconfigurações de índole técnico-burocrática, muitas vezes frequentes em

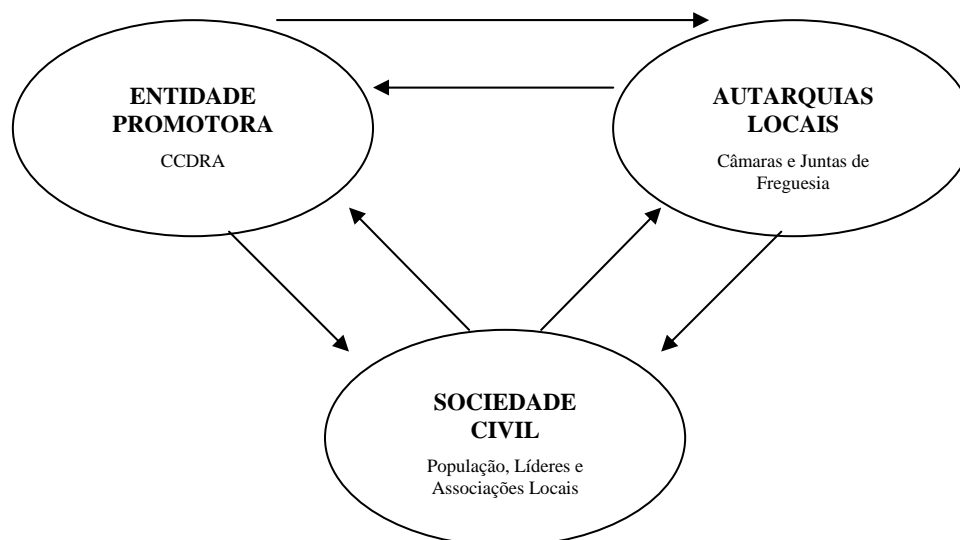
programas de desenvolvimento regional, de responsabilidade institucional ao nível intermédio da Administração Pública, de que é exemplo o caso aqui em análise¹².

Os resultados da investigação, em particular aqueles que decorreram do estudo de avaliação encetado, ajudaram a dar corpo à ideia de que existe uma relativa (embora pequena) capacidade de autonomia revelada pelos actores locais, se bem que de acordo com decisões políticas, estratégias, dinâmicas e experiências de intervenção locais, diferentes e específicas em função do tecido social e da rede de relações sociais inerentes a cada aldeia e vila em particular. Porém, importa sublinhar que entre aquilo que entendemos por «discurso institucional» (de teor essencialmente optimista e de incentivo à acção por parte dos actores com expressão local) e as «dinâmicas locais» (desiguais na sua capacidade de mobilização de vontades e recursos e de intervenção em ordem à mudança) tende a persistir uma relativa distância (hiato) e dificuldade de acompanhamento das segundas face ao primeiro, só ultrapassadas por algumas – poucas – localidades com comprovada e revelada capacidade de autonomia e afirmação de estratégias e projectos de desenvolvimento local em contexto rural.

A corroborar esta leitura e tendo em conta o cruzamento dos posicionamentos e das estratégias dos actores implicados nos vários processos em estudo – entidade promotora, autarquias, elementos e estruturas da sociedade civil local – a análise das suas dinâmicas e das redes de relações de força manifestadas, enviou-nos para um cenário, caracterizado globalmente, por um *impasse*. Impasse no sentido em que, quer para uns, quer para outros, o passo seguinte terá de ser dado sempre pelos outros actores e não por eles próprios. Isto é particularmente visível no posicionamento assumido pela entidade promotora do programa de desenvolvimento. Por seu turno, no que toca às autarquias e aos outros actores da sociedade civil local, as expectativas face à intervenção a levar a cabo pela entidade promotora não são diferentes. Assim como não é, igualmente e reciprocamente, a convicção por parte dos responsáveis autárquicos face à necessidade dos líderes locais e das estruturas que representam, poderem assumir um protagonismo maior e serem eles próprios indutores de propostas de acção, incluindo a concretização das mesmas, na sequência do mesmo programa de desenvolvimento.

A figura seguinte (fig. 2) pretende demonstrar aquilo que nos parece ser uma representação da complexa rede de relações institucionais (formais e informais), a par de um, não menos complexo, jogo de interesses, protagonismos e responsabilidades. A forma como os vários actores sociais estruturam, no terreno, as suas posições, ora demarcando-se de uns, ora aliando-se a outros, permite antever uma realidade que se pode caracterizar efectivamente, e a breve prazo, por uma situação de relativo *impasse*.

Fig. 2 – Estratégias e posicionamentos dos actores intervenientes nos processos.



¹² - O objectivo consistia em identificar situações no terreno que comprovassem a eventual autonomia das dinâmicas de actuação local face às complexas redes de funcionamento e financiamento inerentes a programas de desenvolvimento de longo alcance territorial, como aquele que se projectava para a região Alentejo.

Do lado da CCDRA, entidade promotora dos vários programas de desenvolvimento, persiste a convicção de que cabe agora às localidades, pela acção dos seus líderes locais, dos seus representantes individuais e associativos, exercerem a pressão necessária junto das entidades com responsabilidade directa nos processos, a fim de se implementarem as iniciativas preconizadas nos respectivos planos de acção local. Todavia, é reconhecido também por parte dos responsáveis da CCDRA um papel, uma função, que não foi cabalmente cumprida, pelo menos nos moldes inicialmente previstos.

Neste contexto, ganham especial relevância actores locais como os municípios, as próprias populações locais, agindo anonimamente ou enquadradas em grupos e associações locais e, por último, as escolas e os profissionais de educação. Relativamente a estes últimos é defendida a necessidade de se promoverem mecanismos de sensibilização pedagógica, quer junto das populações locais, quer junto dos visitantes/turistas.

Partindo do ponto de vista destes actores intervenientes nos processos – em particular as autarquias locais e a sociedade civil organizada - a relação de forças tende a inverter-se. Isto é, se por um lado parece imperar uma posição crítica e até caracterizada por algum cepticismo face ao sucesso destes programas de desenvolvimento, que têm o património como denominador comum; por outro lado, assistimos a tomadas de posição frequentemente relacionadas com uma demissão parcial de responsabilidades, alegando-se, no caso dos responsáveis autárquicos, falta de meios financeiros para suportar determinados custos associados a algumas acções, a par de uma carência de capacidade de resposta técnica, devido a um reduzido quadro de profissionais técnicos e especializados nas autarquias.

Da parte da sociedade civil organizada, em particular por via dos seus representantes e líderes associativos locais, ganha ainda maior visibilidade o reconhecimento de alguma impotência na superação de determinados problemas, reclamando, não raras vezes, uma intervenção mais objectiva e célere, na resolução desses mesmos problemas, por parte das autarquias, o que poderia passar pela disponibilização de um apoio técnico e logístico de forma mais permanente, sobretudo para levar à prática acções e iniciativas face às quais já existe inclusivamente alguma expectativa. Por seu turno, os responsáveis autárquicos, ora tendem a canalizar a obrigatoriedade de acção para a entidade promotora do programa, ora para as associações locais e cidadãos em particular, argumentando a necessidade de não se substituírem a estes últimos e às suas dinâmicas.

Num outro registo, se por um lado, são visíveis tomadas de posição divergentes entre os actores locais em relação a quem deve dar os próximos passos no que concerne à execução dos planos de acção local, os mesmos actores tendem a assumir posições mais convergentes face ao risco associado a uma possível banalização do conceito «aldeia histórica», tomando esta enquanto recurso promocional e de marketing turístico. É o caso de alguns responsáveis autárquicos e de alguns elementos das equipas técnicas participantes na elaboração dos planos de acção local, para os quais, de forma explícita ou implícita, os programas de desenvolvimento dirigidos às aldeias históricas constituem mais um “efeito de moda”, decorrendo directamente das políticas da União Europeia, sem um conveniente enquadramento técnico e local dos projectos a conceber e a implementar, transformando essas aldeias históricas em produtos turísticos de alcance limitado e banalizado, tendo em conta os públicos-alvo a que são dirigidos.

Como estratégia alternativa ao risco de uma possível banalização do conceito turístico de aldeia histórica, a solução parece indicar a necessidade de procurar tematizar as mesmas aldeias e vilas, segundo critérios de especificidade patrimonial local (vertentes natural, cultural e arquitectónica), em lugar de optar por reproduzir e imitar as experiências levadas a cabo noutras regiões do país, cuja generalidade dos resultados são hoje cada vez mais discutíveis face aos objectivos inicialmente previstos. Para um dos responsáveis da entidade promotora do programa, no caso a CCDRA, a nomenclatura das aldeias históricas decorre essencialmente de um marketing associado às características de uma realidade rural que é diferenciada, característica que deverá ser traduzida numa estratégia de tematização daqueles espaços rurais, em função das suas especificidades, idealizando produtos turísticos mais diversificados e mais organizados do ponto de vista da oferta turística e da perspectiva regeneradora das aldeias em particular e do mundo rural em geral.

Não obstante o reconhecimento de alguns atrasos na condução dos referidos processos de planeamento e a existência de algumas reorientações no plano da política de intervenção em meio rural, a fase seguinte – todos os actores envolvidos nos processos reconhecem - tem que ser a da intervenção. Neste sentido, para além de ser esperado, é legítimo que tanto os municípios como as entidades públicas, privadas e associativas, com intervenção nas localidades abrangidas pelos programas, possam, isoladamente ou em conjunto, assumir uma postura mais interventiva, de acção e de defesa dos respectivos valores patrimoniais rurais.

Esse esperado protagonismo, essencialmente por parte das autarquias e da sociedade civil, constitui para a entidade promotora do programa o próximo passo a ser dado, nomeadamente através do aproveitamento e rentabilização dos planos de acção local entretanto elaborados para outras finalidades, incluindo a procura de outras fontes de financiamento, nacionais e internacionais, cenário que não tem sido concretizado pela generalidade dos actores locais com responsabilidade nas aldeias e vilas históricas às quais fizemos referência.

Referências bibliográficas:

- ALVES, João Emílio, (2002), *Património rural e desenvolvimento: Do discurso institucional às dinâmicas locais. O programa Revitalização de aldeias e vilas históricas da região Alentejo*, Lisboa, ISCTE, (Dissertação de Mestrado).
- CCDRA - Comissão de Coordenação da Região Alentejo, (1999), *Projecto Revitalização de Aldeias e Vilas Históricas da Região Alentejo*, Documento de trabalho.
- CCDRC - Comissão de Coordenação da Região Centro, (1999), *Programa das Aldeias Históricas de Portugal*, (ed. original de 1998).
- CIDRAIS, Álvaro e Raul MARQUES, (1999) in Câmara Municipal de Fronteira, *Plano de Acção Local de Cabeço de Vide*, Fronteira.
- COVAS, António, (1997), *Ajustamento, Diversificação e Desenvolvimento Rural*, Colecção Estudos e Análises, Direcção Geral do Desenvolvimento Rural, Lisboa.
- FERREIRA, Carlos, (1999) “Reencontros com o Mundo Rural: dos lazeres turísticos à fixação de novos e velhos residentes” in Cavaco, Carminda (1999), *Desenvolvimento Rural: Desafio e Utopia*. Estudos para o Planeamento Regional e Urbano, nº50, Centros de Estudos Geográficos, Universidade de Lisboa.
- MORENO, Luís (1999), “A Serra do Açor e o Piódão: Refúgios de uma ruralidade recriada” in Cavaco, (1999), *Desenvolvimento Rural: Desafio e Utopia*. Estudos para o Planeamento Regional e Urbano, nº50, Centros de Estudos Geográficos, Universidade de Lisboa.
- REIS, Manuela e Aida VALADAS DE LIMA, (1998), “Desenvolvimento, Território e Ambiente” in Viegas, José Manuel e António Firmino da Costa (orgs.), *Portugal: Que Modernidade?* Oeiras, Celta Editora, pp:329-363.